



ATA Nº 9

25 de fevereiro de 2019

Local

FÓRUM CULTURAL DA CHASA

ME 2
~~SE~~

ATA Nº 9

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas e quarenta e sete minutos, reuniu em sessão extraordinária, no Fórum Cultural da Chasa, a Assembleia de Freguesia de Alverca do Ribatejo e Sobralinho.

A referida sessão foi presidida pelo eleito Pedro Manuel Silva Alves, em substituição da eleita Carlota do Nascimento Borges Bernardo de Pina, e secretariada pela eleita Tânia Sofia Faria Ferreira, em substituição do eleito Pedro Filipe Faria Ferreira e a eleita Maria Fernanda Neves Dias Comenda que passou a primeira secretária.

Estiveram presentes os seguintes eleitos:

MESA DA ASSEMBLEIA

Pedro Manuel Silva Alves
Tânia Sofia Faria Ferreira
Maria Fernanda Neves Dias Comenda

BANCADA CDU

Maria Fernanda Gomes
António Maria Barreto Anastácio
João de Almeida Mendes
António Augusto Marques Sequeira
Maria Isabel Cavaleiro

BANCADA PS

António Espada Pereira
Maria Manuela Constantino Garcia Barbosa Santos
João Pedro Pinto Baião
José Manuel Morais Chumbo
Isabel Alexandra Garcia Barbosa dos Santos
Luciana Maria Maia Nelas
Luis Nuno Monteiro Carvalho

BANCADA BE

João Alexandre Pires Fernandes
Rita Margarida Oliveira Aleixo

BANCADA CM

Maria Rute Rodrigues Carvalho Ribeiro

BANCADA CDS

Rui Manuel Valadas Marques

NDZ
E
~~NDZ~~

EXECUTIVO

Carlos Manuel Gonçalves

José Carlos Godinho Romão

Carla Alexandra Rebocho Tavares

Fernando Manuel da Encarnação dos Santos Caio

Joaquim José Cunha Carreira

Vitor Manuel Guterres Torres

Antes do início dos trabalhos e por motivo de ausência da maioria dos membros da Mesa, foi necessário a Assembleia eleger por voto secreto, de entre os membros presentes, uma nova Mesa a presidir a esta sessão, cumprindo assim o disposto no artigo 9º do Regimento.

O Presidente da Junta dirigiu a palavra à bancada da CDU propondo que apresentassem uma lista para constituição da Mesa, a fim de ser colocada à votação.

O eleito António Sequeira da bancada da CDU usou da palavra dizendo que propunham Pedro Alves para Presidente da Mesa, Maria Fernanda Comenda para 1ª secretária e Tânia Ferreira para 2ª secretária.

Não tendo havido mais listas, foi a mesma registada como **Lista A**, passando-se de seguida à sua votação por voto secreto.

O Senhor Presidente do Executivo informou que o resultado da votação tinha sido de onze votos a favor e sete votos em branco, estando assim a mesa constituída, podendo os membros agora eleitos tomarem os seus lugares.

O Presidente da Assembleia em exercício iniciou os trabalhos e após cumprimentar todos os presentes, passou a informar das substituições, referindo que na bancada da CDU, os eleitos Maria de Fátima Bernardo, Pedro Filipe Faria Ferreira e João Batista Arcadinho, tinham sido substituídos pelos eleitos, António Anastácio, Tânia Ferreira e Maria Isabel Cavaleiro, respetivamente.

Da bancada do PS informou da substituição de Afonso Costa e Joana Simões, por António Espada Pereira e Isabel Santos, respetivamente.

O eleito José Chumbo pediu a palavra dizendo que em nome da bancada do PS, mostrava o desagrado pela forma como decorreu o início da Assembleia, dizendo que os eleitos tinham demonstrado que possivelmente não estavam à altura do cargo que ocupavam.

Mais disse ainda que fazia parte da Assembleia há já alguns Mandatos e que nunca acontecera situação idêntica, pedindo assim que este registo ficasse em Ata.

Logo após, o Presidente da Assembleia referiu que sendo uma sessão extraordinária, não haveria período antes da ordem do dia, bem como não seria suposto haver inscrições do público, mas em conformidade com a regra que tem sido seguida, iria haver inscrições, pelo que solicitou à funcionária da Junta a passagem pelo público a fim de proceder de imediato a essa recolha, devido ao adiantado da hora.

Seguidamente deu início à sessão de trabalhos passando ao primeiro e único ponto da Ordem do Dia, **Proposta de Autorização Para Assunção De Compromissos Plurianuais**, passando a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia para apresentação do ponto em questão.

O Presidente da Junta de Freguesia apresentou os seus cumprimentos a todos os presentes, e dirigindo-se ao Presidente da Assembleia em exercício, desejou-lhe uma boa Assembleia e boa condução dos trabalhos. Começou por dizer que o Executivo desde que tomara posse tinha vindo a realizar o seu trabalho ao serviço da população, tendo sempre em conta a Lei vigente, e por esse motivo mais uma vez trazia à Assembleia uma proposta de autorização para assunção de compromissos plurianuais.

MP
E

Disse que a autorização ou reprogramação dos compromissos plurianuais pode ser apresentada ao órgão deliberativo aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano, nos termos do nº 2 do artigo 12º da Lei 127/2012, ou sempre que a reprogramação de compromissos implique um aumento da despesa. Referiu ainda o código dos contratos públicos, dizendo que a adjudicação deverá sempre ter em conta o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante.

Tendo em conta este critério informou que tinha sido feita uma consulta ao mercado tendo por base os nove meses e os trinta e dois meses, e que em termos comparativos de valores, a programação de compromissos é mais vantajosa em termos económicos se for feita até duração do Mandato, para além de ser um processo muito mais célere, pois as adjudicações demoram em média um mês a mês e meio, tornando os processos mais demorados e com consequências negativas para a realização dos serviços.

Pelos fatores apresentados, disse trazer à Assembleia esta proposta de autorização para que se pronunciassem se queriam ou não uma programação para os trinta e dois meses, até porque referiu, os contratos teriam como prazo o termo do mandato e mais dois meses, permitindo ao novo Executivo ter alguma margem para tomar as suas decisões, visto ser impossível tomar posse e de imediato programar serviços.

Referiu ainda que havia divergências políticas, mas que a não aprovação de autorização para assunção de compromissos plurianuais, mais do que prejudicar o trabalho do Executivo, iria afetar a população que necessitava dos serviços aqui apresentados, pelo que deixava à consideração.

Pedi a palavra o eleito José Chumbo da bancada do PS, que cumprimentou todos os presentes e iniciou a sua intervenção dizendo que mais uma vez ficava com a sensação que havia sempre coisas que não eram bem esclarecidas. Referiu que o Senhor Presidente da Junta, primeiro dizia que era uma consulta prévia, mas afinal eram propostas; disse também que não estavam identificadas as empresas contratadas, nem havia caderno de encargos para análise, para além de que no último parágrafo do documento apresentado, a Junta comprometia-se a dar conhecimento à Assembleia; fica com a dúvida se a mesma se está a referir a estes três contratos.

Finalizou a sua intervenção, dizendo que era tudo um pouco confuso, ficando sem perceber se iriam aprovar uma consulta ou propostas concretas, pelo que deixava esta questão no "ar".

Foi dada a palavra ao eleito Rui Valadas da bancada do CDS, que após cumprimentar todos os presentes, e referindo a intervenção do eleito José Chumbo, disse concordar de alguma maneira com o mesmo, pois faltava alguma substância de fundamentação.

Falou que não se verificava informação sobre quais as empresas contratadas, nem os termos efetivos dos contratos, o que seria importante para uma melhor análise desta matéria. Referindo os contratos apresentados, disse que em dois deles se verificava uma poupança de valores, tendo assinalado o que pensava ser mercado semanal, em que verificava uma diferença de 28% e também no serviço de vigilância uma diferença de 13%. Sobre a manutenção dos espaços verdes, disse não se verificar grandes alterações, nem haver grande poupança de valores.

Referindo-se às palavras do Senhor Presidente da Junta, em que o mesmo dizia que os contratos mais longos eram mais vantajosos, na sua opinião poderiam também de alguma maneira vir a ser prejudiciais, pois em caso de haver uma má prestação do serviço, talvez não fosse tão fácil assim a rescisão dos mesmos. Ainda sobre o mercado semanal, falou que o valor poderia ser o adequado, mas havia fatores que desconhecia, pelo que tudo dependia muito do caderno de encargos.

Sobre o serviço de vigilância, disse que o valor apresentado se enquadrava no valor do mercado atual, mas que era uma área que estava com alterações e daí ficar com sérias dúvidas sobre este contrato para trinta e dois meses, e pensava que daí a dois ou três anos poderia a empresa não ter capacidade de resposta ou então passar a estar na base da ilegalidade.

Terminou a sua intervenção dizendo que havia fatores que não estavam definidos, e não havendo caderno de encargos, se tornava difícil a análise, ficando sempre muitas dúvidas por falta de conhecimento nesta matéria.

rbe^A
~~_____~~

Solicitou a palavra a eleita Rute Ribeiro da CM, que após cumprimentar todos os presentes, começou por dizer que a sua bancada já se tinha pronunciado sobre estes contratos em Assembleias anteriores. Referiu que a gestão dos mesmos não deveria colidir com as capacidades do Executivo de gerir da forma mais eficaz o rumo da Autarquia; dizendo ainda não serem contra, mas gostavam que passasse a haver um maior esclarecimento nestas matérias.

Seguiu-se intervenção do eleito António Sequeira da bancada da CDU, que cumprimentou todos os presentes, e sobre esta proposta disse estarem a favor, não só por ser mais vantajoso em termos económicos, referindo o valor apresentado na mesma com uma poupança de dezassete mil euros, como também e não menos importante a agilização em termos de concretização dos serviços. Relativamente à questão falada anteriormente por um colega de outra bancada, relativo a incumprimento dos contratos, disse existir sempre a Lei para os fazer rescindir.

Usou da palavra o eleito João Fernandes do BE que cumprimentou todos os presentes e referindo-se às intervenções já feitas por colegas de outras bancadas, disse que efetivamente estas questões eram pertinentes, mas analisando os documentos que tinha em sua posse, tratava-se de três compromissos que já existiam e já estavam contratados com algumas Empresas. Disse concordar que a informação existente não era a ideal e que deveria estar mais fundamentada, mas partia do princípio que os valores apresentados seriam para a realização dos serviços, em conformidade e nos moldes com o que tinha sido feito até à presente data. Finalizou dizendo que cabia à Assembleia o papel fiscalizador e nesses termos iria fazer chegar à Junta de Freguesia um requerimento a solicitar informação mais detalhada sobre os contratos existentes até ao momento, deixando a pergunta se os mesmos eram também do conhecimento público.

Não havendo mais intervenções das bancadas, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Junta para responder às questões colocadas.

O Senhor Presidente da Junta iniciou a sua intervenção dizendo que iria responder primeiramente à bancada do PS, começando por dizer que o que estava em causa não eram os contratos agora apresentados mas sim a aprovação ou não da assunção dos compromissos plurianuais, pelo que nesta fase não era possível trazer à Assembleia nem contratos nem cadernos de encargos, mas que esses cadernos poderiam ser sempre consultados por qualquer bancada.

Falou que no Código do Procedimento Administrativo, não está previsto qualquer renovação de contratos automaticamente, sem a aprovação do Órgão Deliberativo, pelo que um contrato de trinta e dois meses tem sempre de vir à aprovação da Assembleia de Freguesia. Disse também que em caso do incumprimento do caderno de encargos, o Executivo pode sempre renunciar e denunciar o contrato com base em cláusula que refere o prazo de sessenta dias de antecedência para denúncia do mesmo, sem pagamento de qualquer indemnização, desde que o caderno de encargos não seja cumprido. Passou a referir que a maior parte dos contratos tinham vindo a ser renovados automaticamente com exceção do contrato com a Empresa "Quadricar", contrato este herdado do anterior Executivo, e que não estando o mesmo em conformidade com o Código do Procedimento Administrativo, não estava legal tendo de ser renunciado.

Referiu que os contratos plurianuais não podem ser feitos, se não for aprovada a autorização para assunção de compromissos plurianuais.

Terminou a sua intervenção dizendo que os contratos aqui apresentados, tratavam-se de compromissos que já decorrem do Plano Plurianual de Investimentos, sendo necessidades presentes e futuras, caso contrário nunca poderiam vir a esta Assembleia, e que a questão fulcral não eram os contratos em si, pois os mesmos teriam sempre de ser feitos mas sim a definição dos seus prazos, ou nove meses ou trinta e dois meses, sendo essa a questão que se colocava.

O Presidente da Assembleia informou que iria dar a palavra ao público pela ordem da respetiva inscrição, a fim de colocarem as suas questões.

O Senhor **Carlos Artur Pereira Cruz**, iniciando a sua intervenção cumprimentou todos os presentes, disse ser a primeira vez que estava numa Assembleia de Freguesia e considerava algo confuso o início da sessão. Começou por questionar o assunto que tinha estado a ser debatido, tendo-lhe sido informado pelo Senhor Presidente da Assembleia que não se poderia referir a assuntos da ordem do dia, mas sim a outras questões que quisesse colocar ao Senhor Presidente da Junta.

Referiu a Rua António Sérgio, dizendo que diariamente se fazem ali rallies, pelo que questionava o Senhor Presidente da Junta, no sentido de o mesmo poder alterar o trânsito naquela rua para sentido único e colocar bandas para restrição de velocidade.

Sobre os espaços verdes disse que alguns locais careciam de um melhor tratamento e referindo o jardim de Alverca questionou se o piso iria ficar assim como estava, pois em alguns locais enchia-se de lama o que tornava difícil a passagem quer a crianças quer a idosos.

Terminou dizendo que lamentava a falta de interesse da população em participar nas Assembleias, sendo eles os principais interessados, e que todos deviam trabalhar em equipa e em conjunto a bem da população.

Foi dada a palavra ao Senhor **Carlos António Santos**, que disse não ter entendido o que se passara no início da sessão, tendo sido eleita uma mesa ad-doc e gostaria de ser esclarecido sobre esta questão.

Seguiu-se intervenção do Senhor **António Manuel Dias**, que disse residir num prédio na Rua Almada Negreiros, junto ao ringue, local que se encontrava cheio de mato para além de ter uma passagem pedonal sem quaisquer condições nem segurança. Referiu que da rua onde morava até aquele local havia uma extensão ainda considerável de degraus sem qualquer corrimão para apoio e sendo ele portador da doença de parkinson tinha muita dificuldade na locomoção e receio de cair, pelo que pedia ao Senhor Presidente da Junta a possibilidade de ser colocado um corrimão naquele local, nem que fosse de tubo galvanizado, o que já seria bom.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Junta a fim de responder às questões colocadas pelo público, dizendo que iria responder por ordem das inscrições, pelo que dirigindo-se ao Senhor Carlos Cruz, agradeceu em seu nome a todos os presentes referindo que as Assembleias deveriam ser mais participativas pois só assim era possível saber os anseios da população, sendo essa a preocupação primária do Executivo.

Sobre a questão do limite de velocidade disse haver sinalização de velocidade máxima de 30 Km hora em toda a Freguesia, mas que lamentavelmente não era respeitada pelos condutores, e sobre a possível colocação de bandas para restrição de velocidade informou que não era da responsabilidade da Junta, mas sim da Câmara Municipal, pois estas questões requeriam análise aprofundada por técnicos que a Junta não dispunha, para além de que havia fatores a ter em conta referindo em particular o INEM quando transporta vitimas que requeriam cuidados a nível de estabilização.

Sobre a questão de espaços verdes disse reconhecer que havia zonas a carecer de tratamento; falou que na Chasa fora feita uma boa intervenção quer em arranjos de espaços verdes quer em limpeza urbana. Referiu a Rua Almada Negreiros, dizendo que era uma zona onde já tinha havido muito mato criado no verão passado, num pinhal entre dois prédios, mas que estava controlado. Disse ainda que existia aí, uma zona abandonada que em tempos fora um parque infantil, no entanto, os parques infantis não eram do âmbito da Junta de Freguesia. Aquando da tomada de posse do executivo houve um período de negociação com a Câmara de Vila Franca de Xira. Fez-se uma avaliação dos parques infantis, concluindo-se que eles não apresentavam as condições necessárias para serem usados, referindo um existente na Rua 5 de Outubro, em que a Junta poderia até ter incorrido no pagamento de uma multa por o mesmo não estar em conformidade com a Lei.

Me²
~~Me~~

A Junta não aceitou então ser responsável pelos parques infantis pois não tinha capacidade monetária nem meios técnicos para assumir esses encargos. Todos os parques infantis existentes na União de Freguesias de Alverca e Sobralinho são atualmente, na totalidade, da responsabilidade da Câmara Municipal que, com certeza, tomará a melhor decisão para o benefício da população nesse âmbito.

Dirigindo-se ao Senhor António Dias, disse reconhecer que a escadaria era extensa e que iria ser analisada a colocação de um corrimão no local. Em relação ao jardim Álvaro Vidal, disse ser uma mais valia para a Freguesia, ser um parque multifacetado e que tinha sido um dinheiro bem empregue, e que quando assim é, há que agradecer.

Sobre o mau estado do piso em alguns locais informou que o projeto ainda não estava concluído e que o piso ainda iria ser sujeito a intervenções em algumas áreas, sinalizando o espaço junto ao Lidle que iria estar em obras em breve.

Em resposta à questão colocada pelo Senhor Carlos Santos, esclareceu que há um Regimento para o funcionamento da Assembleia de Freguesia e que por ausência da Senhora Presidente da Assembleia e do primeiro secretário, por motivos pessoais, a mesa ficou sem maioria, determinando o Regimento que nestes casos seja eleita nova mesa para presidir aos trabalhos, dizendo também que esta situação nunca tinha acontecido antes mas que é sempre suscetível de ocorrer.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao eleito José Chumbo da bancada do PS, que se dirigindo ao Senhor Presidente da Junta e sobre a intervenção do mesmo, disse que havia que ter algum cuidado nestes procedimentos, pois as justificações apresentadas tinham sido algo confusas e ficava sem perceber se eram propostas ou consultas. Referindo a documentação apresentada, disse não estar devidamente fundamentada, tendo perguntado ao Senhor Presidente se o mesmo sabia dizer qual a diferença entre esta proposta e a que tinha sido apresentada e chumbada na Assembleia de Freguesia de dezembro, pois ambas eram praticamente iguais e como tal, a sua bancada mantinha a mesma posição, pois votar esta proposta era como estar a passar um cheque em branco.

Foi dada novamente a palavra ao Senhor Presidente da Junta que em resposta começou por dizer que o eleito José Chumbo ou estava distraído ou não queria ouvir, ou então não tinha feito uma leitura adequada, pois o que estava em causa era a aprovação ou não, da autorização para a assunção dos compromissos plurianuais. A questão estava se queriam que houvesse procedimentos a nove meses com valores mais elevados, ou a trinta e dois meses com valores significativamente inferiores, que no caso presente tem uma poupança de dezassete mil euros para a Autarquia, podendo esta verba ser aplicada em diversos melhoramentos na Freguesia.

Acrescentou que o que o executivo CDU queria era transparência e legalidade. Estavam a assumir à Freguesia para que mais tarde não viesse uma ação fiscalizadora e dissesse que a Junta não estava a cumprir com a lei.

Referiu também que o anterior Executivo nunca submeteu à aprovação da Assembleia de Freguesia qualquer assunção de compromissos plurianuais, apesar de sempre os ter feito encontrando-se alguns ainda em vigência, e que o eleito José Chumbo estava a dizer que era como assinar um cheque em branco, pois deveria ter vergonha no que dizia, porque, primeiro deveria ter ouvido o que há minutos fora dito sobre a falta de transparência e clareza do seu executivo PS em relação à assunção de compromissos plurianuais; segundo, responder por ele. E quando disse que o atual executivo CDU não tinha clareza, a clareza estava ali no cumprimento dos princípios. Eram livres ou não de aprovar, mas caso não aprovassem, quem saía prejudicada era a população que os elegera. É para a defesa da população que este executivo trabalha.

ME
A

Pedi a palavra o eleito José Chumbo que em resposta disse que o Senhor Presidente da Junta já tinha apelidado a bancada do PS de "força de bloqueio" e agora diretamente à sua pessoa, que não tinha "vergonha" o que passava de questão política para questão particular, que não lhe ficava nada bem.

Referiu também que o Senhor Presidente tinha acabado de assumir que o que trazia agora a esta Assembleia era igual ao que apresentara na Assembleia em dezembro, mas que o mesmo tinha nove eleitos na Assembleia, daí ter transformado isto numa quezília pessoal que não lhe ficava bem.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao eleito António Sequeira da bancada da CDU, que iniciou a intervenção referindo as palavras utilizadas pelo eleito José Chumbo da bancada do PS, de isto ser o mesmo que passar um cheque em branco, disse que então no anterior Executivo era como passar um cheque em escuro. Mais disse que tanto o PS como todas as forças políticas tinham o direito de votar contra ou tomarem a posição que bem entendessem, mas que a questão presente era não só uma poupança de dezassete mil euros, como também uma agilização de serviços e de transparência.

Referiu-se ao PS dizendo que não só hoje como sempre, era uma força de obstaculização ao trabalho da Junta de Freguesia pelo que a bancada da CDU reservava-se o direito de junto da população fazer chegar essa informação.

Usou da palavra Rui Valadas da bancada do CDS que sobre a proposta agora apresentada em que a Junta se comprometia a apresentar os compromissos plurianuais assumidos uma vez por trimestre, perguntou qual a possibilidade de apresentar os que pretendia assumir no espaço de três meses.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta que se dirigindo às bancadas disse serem livres de votar contra ou a favor desta assunção de compromissos plurianual, e também lhes cabia decidir se queriam aligeirar ou tornar mais morosos os processos.

Mais disse que na última Assembleia tinham sido apresentados todos os contratos, incluindo os que tinham sido feitos pelo Executivo atual, sendo todos eles do conhecimento público.

Relativamente à questão colocada referiu que só iria assumir contratos que derivassem das necessidades, e que sabendo, eles viriam sempre à Assembleia, para além de também poderem ser consultados na Junta de Freguesia. Referindo-se ao BE, disse já ter havido pedidos de documentação à Junta de Freguesia e que a resposta tinha sido sempre dada, dentro da brevidade possível.

Solicitou a palavra o eleito João Fernandes do BE, dizendo que a sua bancada iria manter o mesmo sentido de voto que tivera na Assembleia de dezembro, pelo que se iriam abster.

Logo após interveio a eleita Rute Ribeiro da CM, dizendo que a sua bancada não seria um impeditivo na transmissão desta autorização para o Executivo, pelo que iriam votar favoravelmente esta proposta.

Não havendo mais pedidos de intervenção por parte das bancadas, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a votação este ponto, tendo sido o mesmo **aprovado por maioria com nove votos a favor, sete da CDU e dois da CM, sete votos contra do PS e três abstenções, duas do BE e uma do CDS.**

Pedi a palavra o eleito Rui Valadas que disse ter uma declaração de voto que iria apresentar oralmente e posteriormente faria chegar o respetivo documento à Senhora Presidente da Mesa.

Referindo a autorização de assunção de compromissos plurianuais, disse que na Assembleia de Freguesia em dezembro, não entendera bem o porquê da autorização, se era simplesmente para o Executivo a ter, ou porque havia projetos que de alguma maneira o justificasse, daí não ter ficado devidamente esclarecido e ter votado contra.

No momento presente e analisando a documentação que lhe fora apresentada, verificou haver ganhos económicos para a Autarquia e apesar de continuar a ter algumas dúvidas, referindo-se às três propostas apresentadas e em particular às zonas verdes, caso esta proposta fosse individual para Arcena e Bom Sucesso a rejeitaria, mas aprovaria as outras duas.

Terminou dizendo que sem conhecer os cadernos de encargos e o teor das matérias dos contratos, continuava a manter algumas reservas mas iria dar o benefício da dúvida.

Não havendo mais intervenções o Presidente da Assembleia solicitou à eleita Maria Fernanda Neves Dias Comenda, primeira secretária, que lesse a ata minuta nº 9.

Antes de se proceder à votação, o Presidente da Junta solicitou a palavra agradecendo ao eleito Pedro Alves pela sua disponibilização elogiando-o pela forma como conduziu os trabalhos da Assembleia sendo a primeira vez que tinha assumido tal função.

Dirigindo-se ao eleito José Chumbo da bancada do PS disse que ao usar a expressão vergonha fora mal interpretado, pois não era direcionada ao próprio, pois o que queria dizer era que havia que haver vergonha, pois no passado tinham-se feito umas coisas e agora colocava-se tudo no mesmo peso.

Referiu que a bancada da CDU enquanto oposição, tivera sempre como preocupação o bem estar da população, preocupação essa que continuava a manter-se no presente.

O eleito João Pedro Baião da bancada do PS, solicitou a palavra e após cumprimentar todos os presentes disse que a sua bancada iria votar favoravelmente esta ata minuta, mas tinha três notas a deixar, uma delas os considerandos da intervenção do eleito José Chumbo não eram para constar em ata, e a correção da palavra Regulamento para Regimento bem como a correção de Senhor Presidente da Assembleia da Junta de Freguesia.

Não havendo mais intervenções o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a ata minuta nº 9, a qual foi aprovada por unanimidade, encerrando de seguida a sessão.

O Presidente da Assembleia de Freguesia em exercício

Pedro Manuel Silva Alves

A Primeira Secretária

Maria Fernanda Comenda

A Segunda Secretária

Tania Sofia Faria Ferreira